



PARECER DA UGT

SOBRE A PROPOSTA DE LEI Nº 231/XII – PRORROGA O PRAZO DE SUSPENSÃO DAS DISPOSIÇÕES DE INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DE TRABALHO E DAS CLÁUSULAS DE CONTRATOS DE TRABALHO A QUE SE REFERE O Nº4 DO ARTIGO 7º DA LEI Nº 23/2012, DE 25 DE JUNHO

O Governo vem apresentar uma proposta de prorrogação da suspensão acordada tripartidamente em 2012, cujo termo se verifica a 31 de Julho de 2014, no sentido de a mesma vigorar até ao final do corrente ano.

Antes de mais, devemos salientar que esta suspensão foi acordada num contexto substancialmente diverso do actual, mas em que todos os parceiros sociais subscritores tinham bem presente um aspecto fundamental: que esta suspensão seria sempre temporária.

Mais, a UGT deve recordar que esta foi porventura das medidas mais penosas e com impactos mais directos para os trabalhadores, sobretudo em sectores em que a organização do tempo do trabalho determina um volume mais significativo do trabalho suplementar, existindo legítimas expectativas de que esta suspensão termine em Julho próximo.

Tais expectativas são aliás reforçadas pelo Acórdão do Tribunal Constitucional sobre esta matéria, em que a suspensão foi aceite como constitucional atendendo à ligação estreita entre a fundamentação apresentada pelo Governo, a sua necessidade face ao programa de ajustamento e ao facto de a medida vigorar apenas pelo período desse programa.

Tal quadro delineado pelo Tribunal Constitucional, de que o Governo agora se afasta, deixa assim dúvidas profundas sobre a constitucionalidade da medida agora avançada.

Temos presente que o referido Acórdão veio ainda determinar que, no termo da referida suspensão, seria insustentável uma compressão do direito à negociação colectiva como a que se encontrava estabelecida na Lei nº 23/2012, reduzindo para metade os valores negociais, o que reforça a convicção de que a manutenção deste constrangimento à negociação dificilmente será compaginável com o texto constitucional.

A apresentação desta proposta revela-se aliás contraditória com o intuito de dinamizar a negociação colectiva, o qual preside a outras propostas em discussão. Tal medida paralisa a contratação colectiva pelo período de tempo a que se refere.

Por outro lado, devemos questionar qual o efectivo impacto económico desta medida por mais 5 meses para as empresas e se o mesmo, a ser relevante, deverá ser considerado mais significativo que o impacto na vida dos trabalhadores e sobre a dinamização do consumo que daí adviria.

A UGT regista o argumento aduzido pelo Governo de que esta prorrogação terá como objectivo estabelecer condições de concorrência leal entre as empresas do sector privado e do sector empresarial do estado, estas últimas abrangidas até ao final do ano pelas medidas estabelecidas no Orçamento do Estado.

Não apenas não concordamos que se continue a realizar um nivelamento “por baixo” das condições de trabalho, como o argumento apresentado suscita uma apreensão acrescida se considerarmos que os vários OE têm perpetuado no tempo medidas transitórias e excepcionais, de uma forma que consideramos manifestamente abusiva.

Aliás, esta perpetuação tem-se igualmente verificado, com fortes reservas da UGT, noutras matérias, como a do regime de renovação extraordinária dos contratos a termo, mantendo condições que nos parecem carecer de fundamento e ter efeitos perniciosos sobre o mercado de trabalho, nomeadamente em termos de qualidade do emprego.

Face a tudo o exposto, a UGT não pode senão manifestar a sua veemente oposição à prorrogação proposta, a qual deve considerar inaceitável.

24-06-2014